

TEXTOS NEPO 4

**MALTHUS E MARX
FALSO ENCANTO E DIFICULDADE RADICAL**

FRANCISCO DE OLIVEIRA

**NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO – NEPO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
CAMPINAS (SP) BRASIL
NOVEMBRO 1985**



NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO – NEPO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP

REITOR

Josê Aristodemo Pinotti

COORDENADOR GERAL DA UNIVERSIDADE

Ferdinando de Oliveira Figueiredo

COORDENADOR GERAL DOS INSTITUTOS

Ubiratan d'Ambrósio

COORDENADOR GERAL DAS FACULDADES

Antonio Carlos Neder

ASSESSOR TÉCNICO NA AREA DE DESENVOLVIMENTO UNIVERSITÁRIO

Geraldo Giovanni

DIRETORA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO

Elza Berquó

MALTHUS E MARX, FALSO ENCANTO E DIFICULDADE RADICAL
FRANCISCO DE OLIVEIRA

SUMÁRIO

1. UM PARTO NA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS: ECONOMIA POLÍTICA E DEMOGRAFIA.....	6
2. PASTORAL E LUTA DE CLASSES, AS BASES PARADIGMÁTICAS.....	6
3. O ENCANTO DO PARADIGMA MALTHUSIANO.....	9
4. A RADICALIDADE DO PARADIGMA MARXISTA.....	12
5. BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA.....	16

RESUMO

Trata-se de fazer uma exploração das contribuições de Malthus e Marx para a fundação da Demografia. Buscou-se ressaltar a interdisciplinaridade com a Economia Política, de cujas questões não resolvidas constitui-se um campo de problemas que veio a ser a Demografia. Os dois autores, tomados como exemplares, situam-se no terreno da Economia Clássica e suas inquietações a respeito de problemas que terminavam na população constituíram-se em questões fundamentais para o nascimento da nova ciência. Malthus é tomado como patrono da Demografia Formal. A postulação do chamado “princípio da população”, original em Malthus, é por assim dizer a pedra fundamental da qual parte a Demografia em geral, mais especialmente a Demografia Formal. O chamado “princípio da população” de Malthus privilegia uma espécie de movimento próprio da população, à qual é conferida autonomia própria. Buscou-se ressaltar a originalidade da postulação malthusiana, apesar da fraqueza e da singeleza teóricas do seu paradigma. De outro lado, Marx inscreve suas especulações em torno da população, tema que nunca abordou diretamente, um campo multiplamente determinado. Ele é, assim, o patrono da tendência interdisciplinar. Ao contrário de Malthus, o paradigma marxista é extremamente complexo, e por uma série de razões que vão desde sua complexidade até aos preconceitos ideológicos, a influência de Marx sobre a Demografia que veio a se constituir é mínima. Ele recusa uma postulação do tipo “Lei Geral de População” e a transparência dos fenômenos demográficos. De qualquer modo, as pistas sugeridas tanto por Malthus quanto por Marx estão presentes nos problemas populacionais contemporâneos, percorrendo-se evidentemente trajetórias metodológicas radicalmente diferentes. A tensão dialética entre os temas propostos por Malthus e Marx continua a fecundar as pesquisas na Demografia contemporânea.

MALTHUS E MARX, FALSO ENCANTO E DIFICULDADE RADICAL¹

1. UM PARTO NA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS: ECONOMIA POLÍTICA E DEMOGRAFIA

Nossa tentativa irá no sentido de tentar pertencer, no cruzamento com os problemas da Economia Política, como vai se constituindo um campo próprio, vão se espessando certas questões que deixarão de pertencer ao campo estrito da Economia Política para, finalmente, constituírem o campo da Demografia. Desse ponto de vista, a demografia talvez nos tre, em grau exemplar, a interdisciplinaridade como método necessário para a constituição de um campo específico.

Essa **démarche** pode mostrar como questões anteriormente tratadas em outros campos científicos, pelos próprios impasses que elas levantam, terminam por se transferir e constituir um campo próprio de investigações. A interdisciplinaridade está presente, portanto, na constituição da demografia: ela não construiu seu objeto senão antes de passar pelo crivo de múltiplas determinações que estavam sendo examinadas em outros campos científicos. Essa interdisciplinaridade vai conviver intensa e dialeticamente com os requisitos de autonomia, de circunscrição rigorosa, que qualquer campo científico requer. Através do percurso das proposições de Malthus e Marx, exemplares a respeito da interdisciplinaridade, observaremos como essas questões vão saindo de um campo difuso da Economia Política para terminar desaguardando num campo de pesquisas próprio.

Há uma tensão, portanto, entre interdisciplinaridade e autonomia. A autonomia será aquele momento em que um campo de questões já surgiu, com propriedades teóricas e metodológicas para indagar sobre questões não satisfatoriamente resolvidas por campos afins, e no caso mais preciso sob exame, pela Economia Política.

2. PASTORAL E LUTA DE CLASSES, AS BASES PARADIGMÁTICAS

É difícil dizer se Malthus estava genuína e exclusivamente interessado nas questões de população “per se”, pergunta aliás que não fazia sentido no seu tempo. Pode-se dizer que ele estava interessado em entender a determinação da taxa de salários por aí chegou às questões populacionais. A taxa de salários tem, no modelo econômico de Malthus, influência decisiva sobre a forma e a taxa de acumulação de capital e sobre a renda, e mais particularmente, no sentido malthusiano, sobre a constituição e as causas da pobreza. Mas, ao postular a população como variável independente, Malthus patroniza toda a tendência de autonomização no campo da demografia. Essa postulação é a gênese da constituição de um campo específico que examinaria as questões demográficas em si mesmas, relativizando bastante, a partir de Malthus, a contribuição das outras ciências sociais, e com os neomalthusianos chegando a dissorciar-se até de seu inspirador, que

¹ Este texto originou-se da exposição proferida no Seminário de Teoria e Metodologia em Ciências Sociais do Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, em maio de 1985.

via no comportamento dos salazios o fator corretivo da autonomia da população.

A demografia formal, como herdeira principal do chamado “princípio da população de Malthus, vai exagerar nessa tendência autonomizante, construindo técnicas quantitativas que seriam apropriadas para pesquisar as “leis endógenas” do movimento da população, com o auxílio da matemática, da estatística e da atuária. Abandona a tradição metodológica das ciências sociais em geral, que estudam principalmente **a relação entre os fenômenos**; este é o modo de construção dos objetos teóricos nas ciências sociais. Além disso, estas distinguem o todo das partes; há um movimento formal de totalização que é diferente da soma dos indivíduos abrangidos pelo fenômeno, ou em termos marxistas, há uma transformação da quantidade em qualidade.

A demografia formal constrói **totais** – não totalidades – a partir da contagem dos indivíduos e os reifica como totalidades; noutras palavras, não há momento de abstração formal na demografia. A mortalidade de uma determinada população não é diferente **qualitativamente e formalmente** das somadas mortalidades individuais, por exemplo. Pode-se obter a média de mortalidade (uma relação entre o total de mortos e o total da população) ou a idade média em que ocorre a morte (uma relação entre a idade em que ocorrem as mortes e o total da população), mas esse valor não tem nenhuma influência sobre a idade de cada indivíduo, morto ou sobrevivente. Diverso é o que se passa na economia ou na sociologia: por um movimento de abstração formal, pode-se dizer de alguém que é capitalista ou burguês ou operário, sem necessidade de nomear-se suas rendas ou seu salário, e a figura do indivíduo recorta-se nitidamente por uma determinação que advém da **totalidade**. Assim, é paradoxal que um campo científico que se tem esmerado no desenvolvimento de técnicas de mensurações de análise complexas, permaneça tão pobre em termos de abstração.

A demografia formal assim, toma a “nuvem por Juno”, isto é, a simples soma dos indivíduos é imediatamente transparente; por isso, ela consegue avançar do ponto de vista da técnica quantitativa, mais do que os outros ramos da demografia, reforçando seu isolamento. A concorrência da interdisciplinaridade com as outras ciências sociais serve apenas para qualificar atributos intrínsecos dos sujeitos demográficos, mas jamais pode transformar esses atributos. Isto se deriva principalmente do reforço que vem de Malthus ao estabelecer o “princípio da população” como um princípio em si mesmo, e isso é muito mais uma reinterpretação do trabalho de Malthus e muito menos sua preocupação inicial. Sua preocupação inicial, quando ele aborda a população, estava direcionada no sentido de entender “relações sociais”, porque o capital se acumulava neste ou naquele ritmo, porque população e capital vão determinar uma taxa de salários; porque o movimento da população pode contrabalançar a tendência da acumulação em fazendo baixas ou aumentar os salários.

Era só essa sua preocupação, mas os que desenvolveram a teoria malthusiana se esquecem de que o que estava em causa era o entendimento de uma relação social, com o que se fecharam sobre si mesmos para perseguir algo como o movimento estrutural dos próprios agregados populacionais. Como resultados, o crescimento, a expansão, a melhoria das técnicas de análise quantitativa, mas de

outro lado um distanciamento da ampla temática e do concurso das outras ciências sociais; até o ponto que a própria Economia Política, espécie de parteira da Demografia, passou a ser inteiramente estranha ao campo da demografia formal. Os demógrafos formais, de ontem e de hoje, quase desconhecem inteiramente até o próprio Malthus, para não falar dos outros.

Doutro lado, tem-se Marx, no extremo oposto em relação a Malthus. Em primeiro lugar, Marx privilegia sobretudo a questão da interdisciplinaridade (embora a crítica vulgar ainda se delicie em denunciar o “economicismo” de Marx, prova apenas de que não entendeu nada). Os diversos textos onde abordou a questão da população deixam perceber que ele não estava interessado diretamente na questão da população, que não foi objeto de sua investigação. No famoso prefácio a Crítica da Economia Política, ele dá a chave mediante a qual pretendia realizar sua obra principal e mais acabada, colocando a população num dos últimos capítulos. Não só por colocar nos últimos capítulos, mas sobretudo porque a “população em geral” era uma abstração vazia. A população, seus movimentos, seus volumes, são produtos de múltiplas determinações que advêm não de “leis endôgenas” da população não de uma lei geral de população, mas como adverte no prefácio e sobretudo no capítulo de **O Capital** que trata da produção de uma superpopulação relativa, cada modo de produção tem sua lei de população própria. Convém sublinhar para o entendimento das diferenças radicais entre Marx e Malthus a palavra “produção” de uma superpopulação. Não existe para Marx aquela “lei geral de população” de Malthus, e portanto, tampouco existe uma progressão geométrica da população e uma progressão aritmética dos meios de sobrevivência e sobretudo dos bens destinados à alimentação. Aliás, a história da muito mais razão a Marx que a Malthus, embora o prestígio deste na demografia seja muito maior.

Marx trabalhará essa questão do ponto de vista do processo de acumulação, isto é, de como um processo de acumulação vai construir – vai “produzir” – pela sua própria dinâmica, um exército de pessoas que trabalham ou estão na ativa e simultaneamente outra parcela de pessoas que estão na reserva da força de trabalho.

É a partir daí, dessa relação entre ativa e reserva, determinada pelo processo de acumulação, que surgem as pistas, nunca completamente elaboradas, pois não há uma demografia marxista como tal, presentes não apenas no conjunto da obra de Marx como em geral no amplo campo teórico marxista. Pistas para, a partir dos processos que poderiam ser chamados analogicamente de “mortalidade” e “fecundidade” da força de trabalho chegar-se aos processos demográficos mais abrangentes. A vantagem de um tal procedimento é que se abandona um conceito determinado.

Na tensão entre autonomia e interdisciplinaridade, Marx é certamente o pai da tendência interdisciplinar. Mas, ao contrário do que ocorreu com Malthus, as proposições de Marx não deram lugar a desenvolvimentos extraordinários dos métodos e técnicas de análise demográfica. Mesmo os que se opõem a Malthus utilizam-se apenas de expedientes **ad hoc** para ponderar os principais agregados demográficos. Relacionam-se população e níveis de renda, população e níveis de

escolaridades, variáveis que não chegam a repercutir sobre os totais previamente construídos. No balanço dessa polêmica, a posição de Marx é claramente perdedora, embora fosse gratificante pensar que se substituiu um paradigma de difícil execução por análises concretas; a rigor, o paradigma que orienta as análises empíricas – que não chegam a ser concretas no sentido formal – continua ancorado nos princípios malthusianos. Este funciona como “latente”, isto é, se a história até agora não desmentiu as previsões malthusianas, é porque as condições em que finalmente emergirá a verdade do paradigma malthusiano ainda não ocorreram. Essa última versão está presente, às vezes de forma subreptícia, às vezes de forma clara, em certas postulações do movimento ecologista, e na versão do famoso “Clube de Roma”, em que se anunciava para já a catástrofe final, ajudada inclusive pela crise do petróleo nos meados dos anos setenta.

3. O ENCANTO DO PARADIGMA MALTHUSIANO

A contribuição de Malthus para a formação da demografia é decisiva, pese a falha intrínseca de seu raciocínio, sua “aritmética de coelhos”, base de um paradigma teórico extremamente singelo. Malthus opõe a progressão geométrica de crescimento da população uma progressão aritmética de crescimento dos meios de consumo ou especificamente dos bens de alimentação: animais e plantas, segundo ele, têm tendência a se reproduzirem geometricamente, e os homens, formando parte do reino animal, também obedecem à mesma tendência. Me diante um truque de raciocínio, a rigor um silogismo, Malthus trabalha os fatores que impedem a produção de alimentos crescer segundo a progressão geométrica. Entram aí solos ruins, perda de sementes e de produção, a famosa “lei de rendimentos decrescentes”, enquanto a população continuaria a se reproduzir segundo a progressão geométrica. Para isso ele se utiliza de dados principalmente dos Estados Unidos, que mal saia da condição de colônia inglesa, sofismando com um período de extraordinário crescimento populacional que era comandado na verdade por mecanismos opostos ao argumento de Malthus: o fácil acesso à terra, a liberação, nos Estados Unidos, das restrições feudais, estas sim embotadoras do progresso agrícola na velha Europa. Quem se der ao trabalho de uma leitura cuidadosa dos textos clássicos de Malthus encontrará o truque silogístico que é, surpreendentemente na história da ciência, o fundamento de sua teoria de população. Mais tarde o desenvolvimento histórico desmentiria Malthus de forma contundente – enquanto a população, na velha Europa, é hoje relativamente estacionária, a produção agrícola não cessa de crescer – mas se o paradigma se mantém de pé.

O paradigma é cativante, na sua singeleza. É algo como o senso comum elevado à condição de teoria científica. Por isso, por sua compreensibilidade, ele desperta simpatias à primeira e desatenta leitura. Apesar disso, a verdade é que o problema proposto por Malthus não é irrelevante. Em outras palavras, se não existe um “princípio de população”, algo como um movimento de acumulação no interior das estruturas demográficas, também não é verdadeiro o outro extremo, de que a população é meramente uma variável dependente em qualquer situação histórica. Isto é o que resta da

postulação malthusiana, e este “resta” é muito para a demografia.

Por exemplo, quando se trata de sociedades primitivas, para a guerra, entre uma tribo de 200 membros e outra de 100, o tamanho da população não é irrelevante; isto é, neste evento, tomando-se a hipótese de que o nível técnico das duas seja equivalente, o tamanho da população pode ser decisivo, e pode, pelo menos, elevar-se a categoria de elemento co-determinante nas relações travadas entre duas sociedades tribais.

Noutro caso, no caso da política, e em sociedades não primitivas, a quantidade de eleitores que votam em fulano ou sicrano não é irrelevante, outra vez; pelo contrário, na constituição de sociedades democráticas competitivas, que se baseie nos princípios da representação e da delegação, a quantidade dos eleitores é um dado decisivo. É evidente que no exemplo não se está desconhecendo as outras determinações de caráter estrutural que estão por trás das opções eleitorais, mas no momento da eleição a quantidade é altamente relevante, co-determinante do sentido, da direção e do rumo que podem tomar certos processos sociais e políticos.

Assim, a pretensão malthusiana de erigir a população como um princípio independente terminou, apesar da singeleza de seu paradigma, por colocar uma questão relevante, a saber, que a população em si mesma foi introduzida como um elemento pelo menos co-determinante de certas relações e certos processos sociais. Abriu-se o passo a autonomia dos processos populacionais, que tem vantagens técnicas consideráveis e desvantagens metodológicas já assinaladas.

Indo mais adiante, no estudo da mortalidade a relação que Malthus estabeleceu entre salários e condições de vida é extremamente importante. Não nos termos globais em que ele o fez, nem no sentido de causalidade indicada (de que uma maior população pressiona os salários para baixo). Sob outra forma, radical e oposta, a mesma relação vai reaparecer em Marx. Este é um problema moderno. Toda vez que se estuda a mortalidade infantil, por exemplo, tomando-se o período do chamado “milagre brasileiro”, e o problema que Malthus colocou que está em tela de juízo.

A relação entre o total da população a ser alimentada e o total de meios de sobrevivência à sua disposição é crucial, contemporaneamente em termos de uma sociedade capitalista, ou para uma sociedade primitiva. Pode atuar, passando por certas mediações, como determinante da mortalidade e da fecundidade. Pode causar desgaste precoce da população ou da força de trabalho, assim como adiar casamentos e uniões, determinar o número de filhos. Era esta relação que estava presente nos diversos modos pelos quais todas as sociedades historicamente conhecidas praticaram ou praticam o controle da natalidade. Quem não se lembra da admirável e terrível “Balada de Narayama”, onde a questão crucial para determinar o fim da vida dos velhos da comunidade e a possibilidade de novos nascimentos era a quantidade de meios de subsistência numa remota e miserável aldeia do Medievo japonês?

Do ponto de vista do estudo da natalidade e mais precisamente da fecundidade, termos até então não utilizados, conceitos que não estavam ainda construídos pela embrionária ciência

demográfica, Malthus apontou a questão do casamento, sua precocidade, seu retardamento, como um dos mais importantes fatores, para ele talvez o mais importante, na determinação da fecundidade, que os modernos estudos de demografia recuperam constantemente. O papel da tradição, dos usos e costumes na sociedade, tinham pesos decisivos em sua opinião, somente contrabalançados pela deterioração do salário.

A decisão sobre casar-se, e quando – que é social determinada –, tendo em vista as condições de vida, é algo que a moderna demografia recupera tentando entender como e que alterando-se o padrão de casamento, ou alterando-se a idade ao casar, pode-se alterar ao longo de um certo período a fecundidade. Em sua preocupação em salientar os efeitos do número de nascimentos sobre as condições de vida, Malthus chegou a conceder à variável “casamento” uma relativa autonomia, devido aos já mencionados usos, costumes e tradições sobre os quais dificilmente se pode atuar, salvo a partir das considerações do próprio casal sobre a conveniência de ter ou não tem filhos numa perspectiva liberal, ou a partir dos “hábitos” sociais numa perspectiva à la Bourdieu.

Nos estudos modernos, inclusive alguns que se realizam no Brasil, este é um problema importante. Na vertente “economicista” da demografia, a decisão do casal depende de se é economicamente possível ou impossível, conveniente ou inconveniente, rentável ou não rentável, ter filhos: leva aquilo que se poderia chamar uma contabilidade econômica da decisão de procriar. Este foi um problema que Malthus colocou com propriedade, pois tem um alto grau de influência sobre o comportamento da fecundidade em prazos médios e longos; e este é o centro do que veio a ser o malthusianismo e o neo-malthusianismo, não apenas na demografia, mas nas ciências sociais em geral.

Retomando o tema do controle da população ou modernamente do planejamento familiar, o irônico é que Malthus não era explicitamente um “controlista” ou talvez ele pudesse dizer dele mesmo, parodiando seu ferrenho adversário Marx, que ele não era um “malthusiano”. Confiava muito mais no próprio ajustamento entre salários e condições de vida como meio de controlar a expansão da população, e menos nas possibilidades de controle e planejamento social dos usos, costumes e tradições. Talvez por preconceito religioso – convém não esquecer que ele era um pastor anglicano – e por conhecer demasiadamente a Bíblia e não conhecer, como não poderia, o papel da moderna mídia na soldagem dos usos e costumes e na produção de outra “tradição”. Mas é o seu “princípio de população” que constitui a pedra angular do controlismo moderno, cuja diferença com relação ao controle implícito do próprio Malthus, é que busca alterar os comportamentos reprodutivos sem alterar as condições de vida.

Malthus é também o patrono do chamado “círculo vicioso da pobreza”. Ao erigir o “princípio da população” como algo imanente, que não poderia ser perturbado a não ser quando a própria população se encontrasse em condições extremas de pobreza, Malthus deu lugar ao teorema de que “os pobres são pobres porque são pobres”, o que é de certa forma, uma ironia post-mortem dos efeitos do seu “princípio” sobre o próprio fundador, que apesar de sua postura conservadora, demonstrava

de alguma forma um genuíno interesse pela sorte dos pobres da Inglaterra de seu tempo.

Cabe assinalar ainda a importância que Malthus concedeu às diferenças etárias na construção dos diferenciais de mortalidade, fecundidade e natalidade. Assim fazendo, ele abriu um enorme campo explicativo de pesquisas dos comportamentos diferenciais dos principais fenômenos demográficos, **no interior deles mesmos** e que se combinar com os outros diferenciais de classe e de grupos sociais.

O erro malthusiano básico consistia em que o “princípio de população” era uma espécie de atributo próprio de cada pessoa, e como na sociedade capitalista os pobres são a maior parte, aquele atributo trabalha contra os pobres. O pensamento de Malthus termina por ser conservador e reacionário por tratar o “princípio da população” como um atributo, e portanto não social. Essa naturalidade, posta no sistema de produção capitalista, constrói o famoso silogismo do círculo vicioso da pobreza.

4. A RADICALIDADE DO PARADIGMA MARXISTA

Marx teria uma importância semelhante à de Malthus na constituição do campo de problemas, cruzando-se com a economia política, que viria a ser a demografia. Já se assinalou que essa influência não deu lugar a uma demografia de inspiração marxista, pois a pista de Marx de que cada modosocial de produção e cada etapa do mesmo modo tem “leis” de população diferentes, requer um conjunto de mediações que o afastamento entre a demografia e as outras ciências sociais não permitiram. De outro lado, convém esclarecer que o campo da produção científica é fortemente minado por preconceitos ideológicos, e é um campo de lutas de interesses científicos e não científicos.

Do ponto de vista da história das idéias, o maior desenvolvimento das técnicas demográficas, sobretudo das quantitativas, deu-se nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde a influência de Marx foi irrelevante, e essa hegemonia anglo-saxônica, inclusive em quase todos os campos das ciências, é um elemento que tem forte peso na trajetória dos paradigmas “vencedores”. Em segundo lugar, convém não esquecer que o marxismo é um campo teórico construído para combater as classes dominantes, e por isso também ele não gozou do estatuto de paradigma para orientar pesquisas, para construir os sistemas de informações e de estatísticas. A função de qualquer paradigma científico não é a de ser demonstrada ou negada empiricamente, mas a de abrir pistas de investigação; submetido à prova empírica, o paradigma malthusiano já teria falido há muito.

O problema maior da contribuição marxista, o principal, é que o caminho pelo qual Marx chega a tocar nos problemas de população requer uma multiplicidade de mediações que se choca imediatamente contra a aparência ou a impressão de aparência do fenômeno demográfico – os indivíduos e seus números. O caminho metodológico de Marx nega precisamente essa impressão de transparência, ponto de partida, aliás, da maioria das ciências sociais. Uma teoria da população a partir de Marx toma o movimento de acumulação de capital como determinante: este movimento é que

produz a força de trabalho na ativa e na reserva, e são os movimentos da força de trabalho que estão no cerne das mediações entre a população e seus estoques. Força de trabalho é um conceito abstrato dificilmente assimilável pela demografia formal, posto que a força de trabalho não reside exclusivamente na pessoa do trabalhador, mas é uma potência resultante da aplicação dos meios de produção sobre o trabalhador, na etapa da cooperação, e sobre o conjunto da classe operária na etapa da manufatura e da grande indústria. Ela só pode ser apreendida no produto ou na mercadoria, nunca na pessoa de um trabalhador. O mesmo trabalhador pode empregar diferentes quantidades de força de trabalho se está sendo consumido em 1 hora ou em 2 horas, se está sendo consumido por um equipamento velho ou por um novo; o conjunto da classe operária gera mais força de trabalho que a soma de cada indivíduo da classe operária. Uma classe operária de um país como a França, cuja população corresponde mais ou menos 43% da brasileira, coloca no produto social francês mais força de trabalho que a classe operária brasileira coloca no produto social brasileiro.

Isto coloca problemas metodológicos dificilmente ultrapassáveis pela abordagem demográfica hegemônica, sobre tudo porque esta é profundamente impregnada da ilusão da aparência que finalmente decorre da postulação malthusiana original. O paradigma marxista retira da compreensão dos fenômenos demográficos essa aparente facilidade, essa transparência de contar-se os indivíduos, de contabilizar seu número e de ponderar os resultados por variáveis que no fundo não modificam o sujeito original que permanecem sendo os indivíduos.

Seguindo essas pegadas, verifica-se que as contribuições de Marx podem voltar a constituir hoje, no momento em que o reinado indisputado do malthusianismo na demografia formal já é um reinado contestado, importantes ferramentas para o avanço teórico na demografia. Do ponto de vista da mortalidade, se observa o consumo da força de trabalho, que não é algo que se consome apenas para aparecer no produto como mais valor, mas que se consome fisicamente, sabe-se que quanto mais primitivos os processos de utilização da força de trabalho tanto pior, pois a força de trabalho nestes é quase que exclusivamente o potencial de energia do próprio trabalhador; quanto mais intermediado pelas máquinas, o consumo da força de trabalho pode ser menos desgastante fisicamente (embora do ponto de vista do valor continue a haver sua incorporação). Isto pode levar a entender pelo menos aspectos diferenciais da mortalidade, para chegar a estabelecer movimentos próprios desta em grupos sociais menos abrangentes que a população total.

Se compara a esperança média de vida de populações como Nordeste em relação a de São Paulo, mediando entre as duas uma diferença de pelo menos quinze anos, pode-se dizer, sem exagero, que algo dessa diferença é determinada pelas formas de consumo da força de trabalho nas duas regiões. Em outras palavras, uma força de trabalho que tem uma jornada de 16 horas e outra que tem uma jornada média de 10 horas (a jornada legal sendo de 8 horas) sofrem desgastes diferenciados que vão repercutir sobre as respectivas taxas de mortalidade. De outro lado, parece evidente também – apesar de requerer-se, para uma afirmação peremptória, outros

desdobramentos — que uma população cuja força de trabalho se desgasta mais precocemente se repõe mais rapidamente, o inverso se passando com uma população cuja força de trabalho se desgasta mais lentamente.

Convém recordar que a fonte principal das pesquisas empíricas de Marx, mergulhado no Museu Britânico, eram os relatórios da Inspetoria de Saúde Pública da Inglaterra. Inúmeras notas de rodapé de **O Capital** foram extraídas de relatórios da referida Inspetoria, com riqueza de detalhes sobre os processos de trabalho e as condições ambientais do trabalho, fundando a disciplina-ponte entre a medicina e a demografia, as chamadas “doenças ocupacionais”, como causas fundamentais de uma certa morbidade que, nas condições de vida do proletariado inglês do século XIX terminavam por ser também causas de mortalidade em linha mais ou menos direta. E o que fica à dever da medicina ambiental e as preocupações ecológicas contemporâneas o clássico de Engels sobre a situação da classe operária na Inglaterra do século XIX, cujo capítulo sobre habitação continua a ser de leitura obrigatória? Para não falar de sua condição de precursor do próprio Marx. Se a leitura dos clássicos do marxismo for muito chata e árida — coisa que não se aplica a Engels, cuja escritura na referida obra e quase como a de Dickens — basta lembrar **Como era verde o meu vale**, de Richard Llewellyn, e todos os romances da mineração de A. Cronin, cuja matéria precisamente as “doenças ocupacionais” e a alta mortalidade dos operários do carvão da Cronmália e do País de Gales. **David Copperfield**, de Dickens, e quase uma tradução literária de Engels.

Do ponto de vista da fecundidade, problema que Marx nunca abordou nem direta nem indiretamente, estudos recentes estão pondo o acento em questões que dentro do campo marxista são tratados no capítulo da alienação. A alienação consiste em subjetivar os processos reais objetivos da inserção na divisão social do trabalho. Isto é, o processo real de subordinação ao capital molda os comportamentos, até o nível de cada indivíduo. Estudos contemporâneos estão chamando a atenção de como essa objetivação na inserção da divisão social do trabalho ou da mercantilização geral das condições de vida, terminam por subjetivar-se, não só em grandes grupamentos sociais, como vão projetar-se na estratégia das pessoas, como a evidência mostra: número de filhos, estratégias de casamento ou união, enfim um conjunto de comportamentos que vêm da sociedade para os grupos e destes até as pessoas. Um tal enfoque pode ajudar a esclarecer inclusive os processos chamados da “transição demográfica”, onde padrões tradicionais relativamente estáveis são substituídos por padrões chamados modernos, que outra coisa não são senão a subjetivação de processos reais ordenados pelo mercado.

Remetendo-se aos processos da sociedade de massas, que em larga medida corresponde a mais profunda subjetivação histórica da objetividade do mercado capitalista, com tudo que eles tem de des-identificação, segmentação, anomia, é possível supor-se que uma certa “contabilidade de filhos”, em relação portanto com a fecundidade, não seja outra coisa se não a subjetividade de um orçamento doméstico recortado, definido e sem possibilidade de expansão, dado pela inserção na

divisão social do trabalho e a consequente mercantilização das condições da reprodução social. Uma espécie de “ethos” social, introjetado como “consciência” dos indivíduos, para o deslindamento do qual o campo marxista da alienação mostra-se muito mais adequado, pertinente e esclarecedor que toda a balôfa teorização funcionalista sobre a sociedade de massas.

Tópicos como a redução da jornada de trabalho, férias, seguro social, revolução tecnológica nas formas do capital, tem muito mais a ver com a redução da mortalidade como tendência já duplamente secular nos países mais desenvolvidos; onde as taxas de mortalidade, (com a mudança de rural para urbana, de processos puramente físicos de consumo da força de trabalho para processos potenciados pelas máquina e equipamentos), infletiram para baixo muito antes de que as grandes conquistas médicas atuassem em escala de massas. Os estudos de série longa, feitos sobretudo pela demografia histórica inglesa e francesa, mostram que a queda da mortalidade começou a ocorrer antes da socialização de qualquer das grandes conquistas científicas médicas contemporâneas, tais como vacinas, assepsia hospitalar, anestesia, a descoberta dos grandes vírus e bacilos, a descoberta dos antibióticos (estes, já nas vésperas da 2ª Guerra Mundial). Sugerindo que as conquistas sociais antes referidas explicam mais a redução da mortalidade enquanto expressão de certas formas de consumo predatórias da força de trabalho. E a passagem de uma “classe em si” para uma “classe para si”, nos tempos de Marx, que corresponde não apenas à subjetivação pela classe operária de sua condição de força de trabalho, mas a sua organização sindical e política como **negação** daquela subjetivação, estão no cerne das conquistas sociais.

As sugestões aqui contidas de certo não esgotam o universo de temáticas e pistas encontráveis tanto em Malthus quanto em Marx; elas visaram apenas sublinhar os aspectos centrais de um debate que terminou por constituir um “campo de problemas” para cuja investigação se estruturou um campo científico próprio, a demografia. Como também de assinalar algumas lacunas e insuficiências que advêm da hegemonia de um dos principais paradigmas. Entretanto, crupe mais uma vez recalcar, será o estudo de situações concretas e nunca a pretensão de estatuir-se “leis de população” imutáveis, e anti-históricas, o caminho correto. Que requer, além disso, uma investigação metodológica que se revela crucialmente no caso da demografia, onde a ausência de momentos formais de abstração responde, em alguma medida, por lacunas e inadequações da demografia formal hegemônica. Há que se repetir também a necessidade de não se incorrer risco ou no equívoco de desconhecer as especificidades de cada campo de problemas, como por exemplo, o de não superporem-se conjuntura e estrutura em demografia e economia política. Este é um terreno metodológico ainda pouco estudado. Na tentativa de encontrar explicações, o acento deve ser posto no encontro de pontos de contacto e de recíproca determinação, entre os citados campos científicos e os demais, como é óbvio. Por isso, apesar do anacronismo teórico do paradigma malthusiano, tratou-se de ressaltar sua originalidade em assinalando uma autonomia relativa dos fenômenos demográficos, ou pelo menos sua condição de elementos co-determinantes, ao lado dos de natureza econômica, política e social.

Mas, é da tensão dialética posta e proposta pelos dois fundadores da demografia, aqui brevemente estudados – e certamente entre os demógrafos profissionais Marx não é um dos “pais fundadores”, mas “je m'en passe” – que se pode esperar ainda por muito tempo a melhor fertilização do campo de problemas que é a demografia.

5. BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- a) **Malthus**. Organização e introdução de Tamás Smereczanyi. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Atica.
- b) Marx. **O Capital**. Especialmente o capítulo “Leis de acumulação” e o item “Produção de uma super população relativa”.
- c) **Marx and Engels on the population bomb**. Edited by Ronald L. Meek. Berkeley, Califórnia: The Ramparts Press, 1971.
- d) Oliveira, Francisco de. “Notas sobre a reprodução da população sob o capital”. In: do mesmo autor. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro: Edições do Graal.